

Decio Holding S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 253QH-049-PB



Índice

	Página
Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	7
Demonstrações financeiras	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	17



Demonstrações Financeiras 2024

Cada detalhe abastece





O Grupo Decio atua há mais de 35 anos no segmento de distribuição e comercialização de combustíveis e busca atender clientes e parceiros por meio de soluções completas e experiências únicas.

Com presença em 29 pontos das principais rodovias e centros urbanos de Minas Gerais, Tocantins, Goiás, Bahia e São Paulo, tem um expressivo portfólio de negócios que inclui Segmentos Rodoviários, Segmentos B2B (Business-to-Business (B2B) que integra os segmentos: Distribuidora de combustível que atua como elo entre as refinarias, indústrias e revenda e TRR (Transportadora, retalhista e revendedora) que integra distribuidora e consumidor final), além do Segmento Urbano.

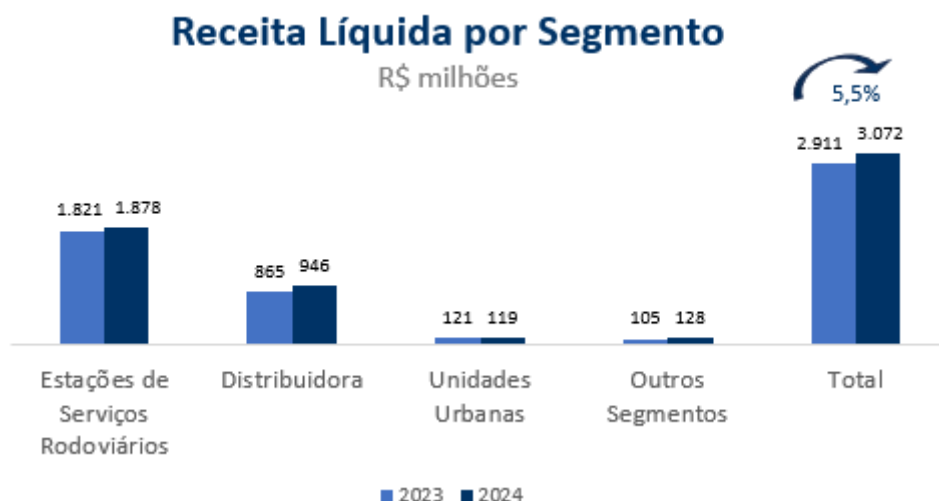
As atividades do Grupo Decio incorporam a melhor e a mais completa experiência para os consumidores. Trata-se de um grupo em constante crescimento e expansão, adaptando-se às mudanças do mercado e às necessidades dos clientes.

Além de englobar um vasto portfólio em cada estação de serviços, as estruturas contemplam de forma integrada: abastecimento de veículos, restaurantes, conveniências, lojas de peças, acessórios e varejo, drogarias e lavanderias, proporcionando real conforto, bem-estar e comodidade aos consumidores.

Conforme previsto, foram inauguradas 2 novas estações rodoviárias em 2024, nas cidades de Presidente Venceslau-SP, Barreiras-BA e o 1 TRR inaugurado em Ituiutaba-MG.

Em 2024, a receita líquida atingiu R\$ 3.072 milhões, demonstrando um crescimento de 5,5% em 2024, respaldada pela melhoria de comercialização nos segmentos Rodoviário e B2B em combustíveis e evolução das campanhas para expansão da base de clientes.

A estabilização de custos no mesmo patamar de crescimento das receitas, mesmo considerando os aumentos no fornecimento de combustíveis asseguraram a margem bruta.



Com foco nos segmentos das Estações de Serviços Rodoviários e TRR o Grupo Decio está dando continuidade a prospecção de outras áreas estratégicas, visando a expansão de seus negócios, referência de qualidade em todos os processos, engajamento na busca contínua para alto nível de profissionalização e liderança capacitada para consolidar a melhor experiência dos clientes.

Embasados pelos valores que englobam: Integridade, empreendedorismo, ética, espírito de equipe, comprometimento, carisma, competência, motivação, qualidade, resiliência, criatividade, simplicidade e responsabilidade socioambiental, o Grupo Decio tem como missão ser a energia que transforma o dia a dia das pessoas, proporcionando aos consumidores bem-estar, satisfação e qualidade de vida, utilizando para isto os combustíveis e suas tecnologias, serviços especiais, produtos diferenciados e relacionamento humano.

Agradecemos aos nossos públicos de relacionamento, nossos colaboradores e executivos pelo engajamento na construção de valor do Grupo Decio.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -
6º andar, Sala 602 - Vila do Golf, Ribeirão
Preto (SP) Brasil

T +55 16 3103-8940

Aos Administradores e Diretores da
Decio Holding S.A.
Uberlândia – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Decio Holding S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Decio Holding S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto descrito a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Reconhecimento de receita na venda de produtos

Conforme mencionado na nota explicativa 4.m (i) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 as receitas de vendas de produtos que compõem a receita operacional consolidada são reconhecidas quando do atendimento das obrigações de performance previstas nestes tipos de operações (no caso, substancialmente celebração do pedido entre as partes e da entrega dos produtos ao cliente). Essas receitas advêm predominantemente das atividades de distribuição e comercialização de derivados de petróleo e etanol, outros hidrocarbonetos fluidos e seus subprodutos, as quais são geralmente reconhecidas após o faturamento, saída e entrega dos produtos das distribuidoras e postos e que envolvem transações em montantes relevantes, descentralizados e em grande volume.

O processo de reconhecimento das receitas de vendas requer a manutenção de rotinas e controles internos para identificação e mensuração das vendas ao longo e no final do exercício. Eventuais falhas nesses controles podem impactar a registro das vendas e, conseqüentemente, o montante reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Portanto, consideramos esse assunto como uma área de risco e, dessa forma, um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: **(i)** Avaliação dos sistemas relevantes de Tecnologia da Informação (TI); **(ii)** Teste detalhado sobre as receitas de distribuição e comercialização de derivados de petróleo e etanol, outros hidrocarbonetos fluidos e seus subprodutos, em base de amostragem; **(iii)** Avaliação do desenho e entendimento dos controles internos relevantes determinados pela Administração para o reconhecimento de receitas; e **(iv)** Avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024.

Com base nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento de receitas na venda de produtos (que está consistente com a avaliação da Companhia), consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações efetuadas, são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente

de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos;

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 31 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-036.768/O-4 F SP



Marcelo Castro Valentini
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

Decio Holding S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	25.657	18.140	69.106	52.125
Contas a receber	8	7.556	689	149.934	157.085
Estoques	9	-	-	50.055	41.364
Impostos a recuperar	-	452	104	6.022	7.434
Outros Ativos	10	2.613	2.008	43.409	41.848
Total do ativo circulante		36.278	20.941	318.526	299.856
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	18	96.185	42.711	3.269	3.676
Tributos diferidos	26	-	-	17.984	15.941
Depósitos judiciais	-	-	-	3	528
Total do ativo não circulante		96.185	42.711	21.256	20.145
Ativo não circulante - não realizável					
Investimentos	11	159.979	141.276	487	451
Imobilizado	12	8.378	6.006	155.721	125.807
Direito de uso	32	35	783	73.179	76.548
Total do ativo não circulante		264.577	190.776	250.643	222.951
Total do ativo		300.855	211.717	569.169	522.807

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Decio Holding S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	15.215	19.383
Fornecedores e outras contas a pagar	15	1.358	2.029	92.301	102.282
Obrigações trabalhistas	17	2.464	6.550	19.977	17.027
Obrigações tributárias	16	129	60	2.442	9.533
Adiantamento de clientes	-	1.241	206	21.187	16.302
Outros passivos	-	841	549	14.529	9.759
Obrigações direito de uso	32	-	676	696	2.526
Total do passivo circulante		6.033	10.070	166.347	176.812
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	41.059	-	63.527	25.286
Obrigações tributárias	16	-	-	1.576	1.328
Partes relacionadas	18	70.831	42.362	-	-
Contingências	27	39	13	57.850	60.650
Receitas antecipadas	14	-	-	35.189	35.189
Provisão perda em investimento	11	18.120	11.970	-	-
Obrigações direito de uso	32	39	107	75.946	74.021
Total do passivo não circulante		130.088	54.452	234.088	196.474
Patrimônio líquido					
Capital social	-	27.738	27.738	27.738	27.738
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	7.474	3.474	7.474	3.474
Reserva legal	-	5.548	5.548	5.548	5.548
Reservas de lucros	-	123.974	110.435	123.974	110.435
Total do patrimônio líquido controladores		164.734	147.195	164.734	147.195
Participação não controladores	-	-	-	4.000	2.326
Total do passivo e patrimônio líquido		300.855	211.717	569.169	522.807

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Decio Holding S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas operacionais líquidas	20	58.120	45.885	3.071.616	2.910.978
Custo das mercadorias vendidas	21	-	-	(2.647.367)	(2.503.242)
Lucro bruto		58.120	45.885	424.249	407.736
Despesas com vendas	22	(47.897)	(42.232)	(331.479)	(275.214)
Despesas gerais e administrativas	23	(7.553)	(3.903)	(98.490)	(59.053)
Outros resultados operacionais	24	(570)	(671)	46.925	20.890
Equivalência patrimonial	11	14.294	63.649	-	-
Resultado antes da receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		16.394	62.728	41.205	94.359
Despesas financeiras	25	(4.206)	(16)	(25.316)	(9.568)
Receitas financeiras	25	1.613	1.246	4.709	3.621
Despesas (receitas) financeiras e cambiais líquidas	25,00	(2.593)	1.230	(20.607)	(5.947)
Resultado antes dos impostos		13.801	63.958	20.598	88.412
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	26	-	-	(7.327)	(30.097)
Impostos de renda e contribuição social - Diferido	-	-	-	2.540	5.905
Resultado do exercício		13.801	63.958	15.811	64.220
Resultado do exercício atribuível aos:					
Controladores		-	-	13.801	63.958
Não controladores		-	-	2.010	262
Resultado do exercício		-	-	15.811	64.220

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Decio Holding S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	13.801	63.958	15.811	64.220
Resultado abrangente total				
Acionistas controladores	-	-	13.801	63.958
Acionistas não controladores	-	-	2.010	262
Resultado abrangente total	13.801	63.958	15.811	64.220

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Decio Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Capital social	AFAC	Reserva legal	Reserva de capital	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação não Controladores	Total
Saldos em 31 dezembro 2022	10.477	-	2.706	1.179	51.417	-	65.779	3.009	68.788
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	63.958	63.958	262	64.220
Aumento de capital	17.261	-	-	-	-	-	17.261	-	17.261
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	3.474	-	-	-	-	3.474	-	3.474
Mudança na participação de não controladores	-	-	-	(3.277)	-	-	(3.277)	(262)	(3.539)
Reserva legal	-	-	2.842	-	-	(2.842)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(683)	(683)
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	61.116	(61.116)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	27.738	3.474	5.548	(2.098)	112.533	-	147.195	2.326	149.521
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	13.801	13.801	2.010	15.811
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	4.000	-	-	-	-	4.000	-	4.000
Mudança na participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agio/Desagio na transição de Capital	-	-	-	(262)	-	-	(262)	-	(262)
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(336)	(336)
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	13.801	(13.801)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	27.738	7.474	5.548	(2.360)	126.334	-	164.734	4.000	168.734

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Decio Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	13.801	63.958	15.811	64.220
Ajustado por				
Depreciação	883	45	19.819	17.615
Amortização direito de uso	-	-	-	-
Baixa líquida do imobilizado	(2.372)	(5.686)	(29.914)	4.097
Resultado de equivalência patrimonial	(14.294)	(63.649)	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	1.059	-	4.078	3.035
Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	-	-	3.562	4.635
Provisão de contingências	26	13	(2.800)	6.183
Impostos diferidos	-	-	(2.043)	(5.934)
Total	(897)	(5.319)	8.513	93.851
Variação nos ativos e passivos				
Contas a receber	(6.867)	(653)	3.589	(66.097)
Estoques	-	-	(8.691)	(1.581)
Impostos a recuperar	(348)	(104)	1.412	1.878
Demais ativos	(605)	(1.533)	(1.036)	(30.276)
Fornecedores	(671)	766	(9.981)	67.391
Obrigações fiscais	69	55	(6.843)	1.985
Obrigações trabalhistas e sociais	(4.086)	4.212	2.950	5.758
Adiantamento de clientes	1.035	206	4.885	13.520
Direito de uso	(266)	-	2.866	(5.355)
Receitas antecipadas	-	-	-	(29.655)
Pagamento de juros	4.054	-	7.492	6.467
Outros passivos	292	364	4.770	4.561
Fluxo de caixa aplicado nas (gerado das) atividades operacionais	(8.290)	(2.006)	9.926	62.447
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições de ativo imobilizado	(613)	(45)	(19.221)	(43.172)
Baixa de custo na alienação de imobilizado	-	-	-	-
Intangível	-	-	-	-
Investimentos	1.741	1.018	(36)	28
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	1.128	973	(19.257)	(43.144)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	80.000	-	89.351	898
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(44.054)	-	(66.848)	(27.062)
Aumento de capital social	-	17.261	-	17.261
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.000	3.474	4.000	3.474
Distribuição de lucros pagos	-	-	(336)	-
Partes relacionadas	(25.005)	459	407	13.064
Agio/Desagio na transição de Capital	(262)	-	(262)	-
Mudança na participação de não controladores	-	(3.277)	-	(3.277)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	14.679	17.917	26.312	4.358
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	7.517	16.884	16.981	23.661
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.140	1.256	52.125	28.464
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	25.657	18.140	69.106	52.125
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	7.517	16.884	16.981	23.661

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Decio Holding S.A.

Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	58.123	45.885	3.118.994	2.961.015
Outras receitas	1.036	625	62.613	97.047
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) - Reversão / (Constituição)	-	-	(3.562)	(3.276)
	59.159	46.510	3.178.045	3.054.786
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2)	-	(2.641.484)	(2.497.257)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(29.290)	(22.465)	(198.593)	(157.583)
Outras despesas operacionais	(3.750)	(1.976)	(80.148)	(124.621)
Total	(33.042)	(24.441)	(2.920.225)	(2.779.461)
Valor adicionado bruto	26.117	22.069	257.820	275.325
Retenções				
Depreciações e amortizações	(883)	(45)	(19.820)	(6.701)
Valor líquido produzido pela entidade	25.234	22.024	238.000	268.624
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	14.294	63.649	-	-
Receitas financeiras	1.613	1.246	4.709	3.621
Total	15.907	64.895	4.709	3.621
Valor adicionado total a distribuir	41.141	86.919	242.709	272.245
Distribuição do valor adicionado:				
Pessoal e encargos (exceto INSS)	14.767	16.090	112.236	86.732
Impostos, taxas e contribuições (inclusive INSS)	3.700	2.206	80.880	92.753
Juros e encargos financeiros	4.215	25	26.255	10.311
Aluguel	4.658	4.640	7.527	18.229
Participação de minoritários	-	-	2.010	262
Resultado do exercício	13.801	63.958	13.801	63.958
Total	41.141	86.919	242.709	272.245

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Companhia Decio Holding S.A. foi criada em novembro de 2020, tendo sua sede na cidade de Uberlândia, na Av. Rondon Pacheco, 4600, edifício UBT, andar 25., com o objetivo de consolidar os resultados de um conjunto de empresas que operam sob o nome fantasia “Grupo Decio”. Sua área de atuação se concentra nos estados de Minas Gerais, Goiás e Tocantins. Suas controladas operam em vários segmentos, com destaque para **(i)** comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; **(ii)** preparação de refeições e revenda de alimentos em geral;

(iii) comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores; **(iv)** prestação de serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores; **(v)** prestação de serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores; **(vi)** prestação de serviços de hotelaria; **(vii)** distribuição de combustíveis no atacado; **(viii)** transporte revendedor retalhista; e **(ix)** farmácias; entre outros.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e resoluções e instruções emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma Companhia é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis individuais e consolidadas são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão relacionadas a seguir:

a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor.

A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

b) Provisões para riscos processuais

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

3. Apresentação das demonstrações e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

3.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelos diretores da Companhia em 25 de março de 2025.

4. Principais práticas contábeis adotadas

a) Base para consolidação

(i) Controladas e coligadas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras de controladas e coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Empresas	31/12/2024	31/12/2023
Participação direta		
Decio Administração	100%	100%
Decio Locadora	100%	100%
Rodo Decio Transportes	100%	100%
Trans. L Transportes	70%	70%
Decio Comunicação	100%	100%
Decio Manutenção	100%	100%
Decio Abastecimento de Aeronave	100%	100%
Decio Com. Serv. Rodoviários	100%	100%
Decio Auto Posto Gurupi	70%	70%
Decio Com. de Peças Gurupi	-	70%
Posto Decio L13	100%	100%
Auto Posto Brisa	100%	100%
Posto 5.5	100%	100%
Posto Alto da Cidade	100%	100%
Decio Conveniência	100%	100%
Decio TRR	100%	100%
Decio Atacadista de Combustíveis TRR Gurupi	70%	70%
Macedo Distribuidora	100%	100%
CD Decio Drogaria Ltda	-	100%
Decio Gurupi Drogaria	70%	70%
Liderpetro Distribuidora	100%	-

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando eles forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

(i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e

(ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

(i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e

(ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica “Receitas financeiras” (vide Nota Explicativa nº 25).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for: **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; **(ii)** mantido para negociação; ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

c) Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. A provisão para perda de crédito esperada é constituída com base em análise individual dos valores a receber, considerando: **(i)** o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos 12 meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras; **(ii)** instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, não apresentam evidência objetiva de *impairment*; e **(iii)** ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de *impairment*.

A provisão para perda de crédito esperada foi constituída em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é feito devido ao curto prazo de sua realização.

d) Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 (R1) - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

e) Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

f) Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo do período estimado, como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Benfeitorias em bens de terceiros	4%	4%
Edificações	4%	4%
Instalações	10%	10%
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Ferramentas e telecomunicações	10%	10%
Veículos e computadores	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

g) Ativos intangíveis

Softwares

As licenças de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e amortizadas conforme as taxas e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

h) Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

O saldo de imobilizado, intangível e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

Na estimativa do valor recuperável dos ativos, os fluxos de caixa futuros das unidades geradoras de caixa são estimados com base nas projeções orçamentárias pelo período de 05 anos para os quais a Companhia espera os benefícios futuros deste ativo e critérios de perpetuidade baseados na inflação futura, descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo e a Companhia, através de seu custo médio de capital.

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não reconheceu perdas na recuperação do ativo imobilizado.

i) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a pagar de fornecedores não é feito devido ao curto prazo de sua realização.

j) Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos corresponde ao valor dos recursos captados, acrescidos dos juros e encargos proporcionais ao período incorrido, deduzidos das parcelas amortizadas. Se aplicável, os saldos de empréstimos e financiamentos contemplam a variação cambial reconhecida sobre o passivo.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes.

l) Capital social

As ações são classificadas no patrimônio líquido.

m) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

(i) Venda de produtos

As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia cumpre as obrigações de performance, não havendo nenhuma obrigação não satisfeita que possa impactar o processo de reconhecimento de receita.

(ii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

n) Decisão do STF sobre “coisa julgada” em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF” ou “Supremo”) concluiu o julgamento sobre a “coisa julgada” em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto relevante nas demonstrações financeiras e na destinação do resultado do período em decorrência de tal decisão.

o) Adoção dos novos requisitos, normas, alterações e interpretações

Os novos requisitos, normas, alterações e interpretações que entraram em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024, foram:

- Alteração ao IFRS 16 – Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback*;
- Alterações ao IAS 1 – Classificação de passivos como “Circulante” ou “Não Circulante”;
- Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 – Divulgações sobre operações de risco sacado.

Em relação as alterações supracitadas, a Companhia não identificou impactos significativos que viessem a alterar sua divulgação em se tratando de adoção e interpretação das normas; com exceção às alterações ao IAS 7 e IFRS 7, fruto da adição dos itens 44F e 44H ao Pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa, que fornece maior detalhamento acerca das operações de risco sacado (entende-se também por “*forfaiting*” no decorrer do relatório, em sua nota 11.a. Fornecedores – Risco Sacado e *Forfaiting*).

Em relação aos requisitos, normas, alterações e interpretações que entrarão em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025, e a expectativa de seus respectivos impactos:

IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à

sustentabilidade: propõe que as empresas divulguem informações financeiras, riscos e oportunidades em curto e longo prazo referentes a sustentabilidade, que sejam úteis para o usuário de propósito geral na tomada de decisões sobre fornecimentos de recursos a entidade. A norma pode ser adotada voluntariamente para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2024, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026;

IFRS S2 – Requisitos de divulgação relacionados ao clima: estabelece os requisitos para a divulgação de informações relacionadas ao clima, e se aplica aos aspectos em que a entidade está exposta podendo ser riscos físicos, riscos de transição e oportunidades disponíveis para a organização. A norma pode ser adotada voluntariamente para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2024, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026;

Alteração na IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio: estabelece requisitos a mensuração e divulgação de transações em moedas estrangeiras, conversão de saldos e o impacto das flutuações nas taxas de câmbio nas demonstrações financeiras. A adoção está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025, com possibilidade de adoção antecipada;

Alterações no IFRS 9 e IFRS 15 – Classificação e mensuração dos Instrumentos Financeiros: constitui devem ser classificados e mensurados os ativos e passivos financeiros; além de clarificar como as receitas relacionadas a esses instrumentos devem ser reconhecidas. A adoção está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada.

Melhorias anuais ao IFRS – Volume 11. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada:

1. IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro: As mudanças visam esclarecer questões relacionadas à primeira aplicação das normas, garantindo uma adoção mais fluida para as empresas;

2. IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: As emendas buscam melhorar as orientações sobre a divulgação de informações financeiras relacionadas a instrumentos financeiros, além de esclarecer a implementação de certos requisitos;

3. IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: As modificações visam corrigir inconsistências ou fornecer mais clareza sobre a aplicação de certas disposições desta norma, especialmente relacionadas à mensuração e classificação dos instrumentos financeiros.

4. IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas: As melhorias tratam de questões menores sobre a aplicação de controle e a determinação de quando uma entidade deve consolidar suas subsidiárias;

5. IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa: As alterações são feitas para melhorar a clareza nas orientações sobre a apresentação dos fluxos de caixa, especialmente em relação às atividades de financiamento e a classificação de certos fluxos.

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: Nova norma que define nova estrutura para apresentação da Demonstração do resultado, com foco na divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração como parte das demonstrações financeiras e novos princípios de agregação e desagregação de saldos a fim de padronizar e facilitar a comparabilidade e confronto com outros demonstrativos. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027;

IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Uma subsidiária elegível aplica os requisitos das outras Normas IFRS, exceto pelos requisitos de divulgação, aplicando, em vez disso, os requisitos de divulgação reduzidos do IFRS 19. Os requisitos de divulgação reduzidos do IFRS 19 equilibram as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a redução de custos para os preparadores. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e entende que, com base na relação supracitada, os requisitos, normas, alterações e interpretações que apresentarão impacto significativo e material nas demonstrações financeiras subsequentes serão as adoções do IFRS S1, IFRS S2, IFRS 18 e IFRS 19. As principais expectativas em relação às adoções mencionadas são a mensuração e reconhecimento dos itens pertencentes ao IFRS S1 e S2 relacionados à sustentabilidade e clima, a nova apresentação da Demonstração do resultado e informações adicionais relacionadas às subsidiárias, para enquadramento ao IFRS 19.

Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo:

- **Caixa e equivalentes de caixa**

São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

- **Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia**

O seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

6. Gestão de risco financeiro

6.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada pela Alta Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos quotistas. A Alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

Risco de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia e suas controladas estão atreladas a taxas prefixadas, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes como órgãos públicos, concessão de rodovias e Companhia privadas.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída (Nota Explicativa nº 8).

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia e suas controladas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia e suas controladas, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia e suas controladas, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

6.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia e suas controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais)

O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim sumariados:

Consolidado	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	96.670	44.669
Caixa e equivalentes de caixa	66.693	52.125
Dívida líquida	29.977	(7.456)
Patrimônio líquido	161.922	147.195
Índice de alavancagem financeira	0,19	(0,05)

Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros.

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado**Aplicações financeiras**

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo valor justo líquido dos custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na Nota Explicativa nº 13.

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

7. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	28	13	5.357	5.954
Saldo bancários	416	18.075	26.337	28.105
() Cheques emitidos	-	-	1.230	915
Aplicações financeiras	25.213	52	36.182	17.151
Total	25.657	18.140	69.106	52.125

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

8. Contas a receber

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cientes	7.556	689	150.836	111.963
Cartão de crédito	-	-	13.496	53.793
Cheques	-	-	14.170	16.518
Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	-	-	(28.568)	(25.189)
Total	7.556	689	149.934	157.085

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	6.340	131	88.378	64.581
Até 30 dias	6.340	131	77.591	60.001
De 31 a 60 dias	-	-	2.233	2.183
De 61 a 90 dias	-	-	885	618
De 91 a 120 dias	-	-	7.669	1.779
Vencidos	1.216	558	62.458	47.382
Até 30 dias	-	-	16.861	8.214
De 31 a 60 dias	22	41	7.017	6.411
De 61 a 90 dias	41	37	2.072	3.247
De 91 a 180 dias	2	266	2.055	13.381
De 181 a 360 dias	593	178	6.122	3.019
De 361 a 720 dias	522	36	4.075	1.756
Acima de 721 dias	36	-	24.256	11.354
Total	7.556	689	150.836	111.963

Provisão para Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) Consolidado

No entendimento da administração, a provisão para perdas de crédito estimadas é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber em aberto. A movimentação das perdas estimadas está demonstrada a seguir:

Descrição	Saldos em 31/12/2022	Reversão (Adição)	Consolidado 31/12/2023	Reversão (Adição)	Saldos em 31/12/2023
Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(20.554)	(4.635)	(25.189)	(3.379)	(28.568)
Total	(20.554)	(4.635)	(25.189)	(3.379)	(28.568)

O saldo da provisão para perdas de crédito estimadas corresponde substancialmente a duplicatas vencidas há mais de 180 dias e/ou com alto risco de não recebimento. Itens vencidos há mais de 180 dias sem baixa de perda se referem a negociações em andamento e/ou garantias recebidas.

A Companhia monitora constantemente o saldo de recebíveis, considerando o conceito de perda incorrida e perda esperada e quando na menor expectativa de não haver a possibilidade de seu recebimento, constitui-se a provisão para perdas de crédito estimadas. A despesa com a constituição da perda estimada é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de “Despesas/receitas operacionais - com vendas”.

Companhia e suas controladas não registraram a provisão para perda de crédito esperada no exercício de 2024, pois considerou irrelevantes os saldos vencidos a longa data. Os títulos incobráveis são analisados pelo departamento jurídico e quando não há mais possibilidade de recebimento, são baixados direto como perdas.

9. Estoques

Descrição	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Mercadoria para revenda	24.658	19.547
Etanol	1.764	1.149
Gasolina	3.931	2.966
Diesel	19.702	17.702
Total	50.055	41.364

10. Outros ativos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento a fornecedores (i)	2.457	1.992	35.799	36.529
Adiantamento a funcionários	0	16	1.384	687
Adiantamento à sócios	156	-	3.504	3.924
Outras contas a receber	-	-	2.722	708
Total	2.613	2.008	43.409	41.848

(i) Em 31 de dezembro de 2023, houve um aumento de adiantamento a fornecedores, em torno de R\$ 25 milhões devido ao início da operação das novas unidades de Mineiros – GO.

11. Investimentos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Títulos e letras negociáveis	-	-	417	388
Ações e outras participações	-	-	70	63
Investimento em controladas	159.979	141.276	-	-
Total	159.979	141.276	487	451
(-) Provisão para perdas em investidas	(18.120)	(11.970)	-	-
Saldo líquido de Investimentos	141.859	129.306	487	451

Controladas	Participação		Patrimônio líquido		Resultado do exercício		Investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Decio Administração	100,00%	100,00%	(440)	(328)	(112)	(428)	(440)	(328)	(112)	(428)
Decio Locadora	100,00%	100,00%	6.481	4.057	2.425	1.580	6.481	4.057	2.425	1.580
Rodo Decio Transportes	100,00%	100,00%	35.343	23.351	11.992	14.078	35.343	23.351	11.992	14.078
TransL	70,00%	70,00%	234	1.252	(1.019)	1.820	164	876	(713)	1.274
Decio Comunicação	100,00%	100,00%	(4.100)	(4.948)	848	(5.550)	(4.100)	(4.948)	848	(5.550)
Decio Manutenção	100,00%	100,00%	2.763	454	2.309	(7.359)	2.763	454	2.309	(7.359)
Decio Abast. Aeronave	100,00%	100,00%	100	100	-	-	100	100	-	-
Decio Com. Serv. Rodoviários	100,00%	100,00%	77.033	81.206	(4.173)	47.393	77.033	81.206	(4.173)	47.393
Decio Auto Posto Gurupi	70,00%	70,00%	7.948	1.645	6.303	(4.464)	5.564	1.152	4.412	(3.125)
Decio Com. de Peças	0,00%	70,00%	1.975	1.978	(3)	620	-	1.385	-	434
Decio L13	100,00%	100,00%	(1.941)	(1.147)	(794)	(548)	(1.941)	(1.147)	(794)	(548)
Auto Posto Brisa	100,00%	100,00%	(303)	(304)	1	(34)	(303)	(304)	1	(34)
Posto 5.5	100,00%	100,00%	(4.740)	(5.242)	502	170	(4.740)	(5.242)	502	170
Posto Alto da Cidade	100,00%	100,00%	586	183	403	458	586	183	403	458
Decio Conveniência	100,00%	100,00%	(1.014)	156	(1.170)	(167)	(1.014)	156	(1.170)	(167)
Decio TRR	100,00%	100,00%	27.093	24.057	3.037	14.705	27.093	24.057	3.037	14.705
Decio Atac. Comb. (TRR Gurupi)	70,00%	70,00%	5.088	3.730	1.358	623	3.562	2.611	951	436
Macedo Distribuidora	100,00%	100,00%	1.248	1.332	(84)	568	1.246	1.332	(88)	568
CD Decio Drogaria Ltda	0,00%	100,00%	100	100	-	-	-	97	-	-
Decio Drogaria	0,00%	100,00%	-	-	-	(233)	-	-	-	(233)
Decio Gurupi Drogaria	70,00%	70,00%	61	14	47	(4)	43	10	33	(3)
Liderpetro Distribuidora	100,00%	100,00%	(5.581)	248	(5.569)	-	(5.581)	248	(5.569)	-
Investimentos por equivalência			147.934	131.894	16.301	63.228	141.859	129.306	14.294	63.649

12. Imobilizado

Custo histórico	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em bens de terceiros	Máquinas e equipamentos	Veículos	Moveis e utensílios	Computadores e periféricos	Obras em andamento	Direitos autorais software	Total
Saldo em 31/12/2022	217	7.741	54.328	26.348	51.929	4.775	2.857	13.250	-	161.445
Adição	1.100	9.181	3.241	2.282	9.209	832	502	16.825	-	43.172
Baixa	-	-	(268)	(323)	(1.619)	(376)	(142)	(3.325)	-	(6.053)
Saldo em 31/12/2023	1.317	16.922	57.301	28.307	59.519	5.231	3.217	26.750	-	198.564
Adição	-	47	7.344	11.395	21.968	4.558	2.703	15.233	7.144	70.392
Reavaliação	-	-	-	561	207	60	(439)	-	-	389
Baixa	(47)	(47)	(59)	(566)	(2.350)	(33)	(11)	(7.259)	-	(10.372)
Saldo em 31/12/2024	1.270	16.922	64.586	39.697	79.344	9.816	5.470	34.724	7.144	258.973

Depreciação acumulada	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em bens de terceiros	Máquinas e equipamentos	Veículos	Moveis e utensílios	Computadores e periféricos	Obras em andamento	Direitos autorais software	Total
Saldo em 31/12/2022	-	(4.077)	(5.018)	(6.080)	(37.120)	(2.776)	(2.027)	-	-	(57.098)
Baixa	-	-	77	182	1.367	218	112	-	-	1.956
Realização do custo atribuído	-	-	(563)	(170)	(296)	(15)	-	-	-	(1.044)
Adição	-	(3.259)	(2.784)	(2.894)	(6.872)	(434)	(328)	-	-	(16.571)
Saldo em 31/12/2023	-	(7.336)	(8.288)	(8.962)	(42.921)	(3.007)	(2.243)	-	-	(72.757)
Baixa	-	-	6.875	6.565	5.757	1.707	1.333	-	-	22.237
Realização do custo atribuído	-	-	-	(561)	(207)	(60)	439	-	-	(389)
Adição	-	(677)	(16.238)	(13.224)	(15.522)	(3.748)	(2.934)	-	-	(52.343)
Saldo em 31/12/2024	-	(8.013)	(17.651)	(16.182)	(52.893)	(5.108)	(3.405)	-	-	(103.252)

Saldo líquido em 31/12/2023	1.317	9.586	49.013	19.345	16.598	2.224	974	26.750	-	125.807
Saldo líquido em 31/12/2024	1.270	8.909	46.935	23.515	26.451	4.708	2.065	34.724	7.144	155.721

Provisão por redução do valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não reconheceu perdas na recuperação do ativo imobilizado.

13. Empréstimos e financiamentos - Controladora e Consolidado

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Nota comercial	41.059	-	41.059	-
Entidades financeiras	1,21% a.m	-	31.741	30.952
Outras entidades (BR - Distribuidora)	IGPM	-	590	6.617
Leasing	1,00% a 2,00% a.m	-	5.352	7.100
Total	41.059	-	78.742	44.669
Circulante	-	-	15.215	19.383
Não circulante	41.059	-	63.527	25.286

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Abertura dos pagamentos dos empréstimos de longo prazo:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
De 13 a 24 meses	-	-	15.417	8.893
De 25 a 36 meses	-	-	10.222	6.502
Acima de 36 meses	41.059	-	37.888	9.891
Total	41.059	-	63.527	25.286

Em garantia dos financiamentos (leasing e Finame), foram oferecidos os próprios bens dos proprietários. Para os demais empréstimos e financiamentos não existem covenants.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	-	-	44.669	61.331
Variação do fluxo de caixa de financiamento				
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(44.054)		(66.848)	(27.062)
Pagamentos de juros	4.054		7.492	6.467
Pagamentos das contas garantidas	-		(1.051)	(136)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(40.000)	-	(60.407)	(20.731)
Outras variações				
Novas captações	80.000		90.152	898
Despesas de juros	1.059		4.078	3.035
Total de outras variações	81.059	-	94.230	3.933
Saldos finais	41.059	-	78.742	44.669

Em 15/10/2024 a Companhia concluiu a distribuição da 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, por meio de oferta pública, sob o rito de registro automático de distribuição, no montante total de R\$

R\$40.000.000,00, com garantia real e fidejussória adicional, conforme documentos disponíveis em seu site (www.grupodecio.com.br).

A data de vencimento da operação é 11/10/2031, com amortizações anuais do Valor Nominal Unitário, a partir do 24º mês, contados da data de emissão, sendo o primeiro pagamento a ser realizado em 11/10/2026, correspondente a 16,6667% do Valor Nominal Unitário.

Como garantia real, a Companhia cedeu fiduciariamente a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta de direitos creditórios, principais e acessórios, presentes e futuros, de titularidade da Decio Comércio e Serviços Rodoviários Ltda., controlada da Companhia, decorrente de suas transações comerciais.

Adicionalmente, os controladores indiretos da Companhia, Elmo de Souza Macedo e Edmundo Souza Macedo, figuraram como fiadores, garantindo o fiel, pontual e integral pagamento de todas as obrigações.

Dentre as obrigações contratuais (covenants) estabelecidas na Operação, inclui-se a obrigação da Companhia de manter o limite estabelecido para a razão entre sua Dívida Líquida e seu EBITDA menor igual a 2,00 ("Índice Financeiro").

A mensuração do Índice Financeiro é anual. O não cumprimento do Índice Financeiro poderá ser considerado como evento de inadimplemento e consequentemente ter seu vencimento considerado de forma antecipada.

O Índice Financeiro em 31 de dezembro de 2024 é de 0,16, calculado pela razão entre a Dívida Líquida e EBITDA, cumprindo o covenant financeiro estabelecido.

14. Receitas antecipadas - Consolidado

Desde 2008 a Companhia mantém forte relação comercial com a BR Distribuidora, se tornando uma das principais revendas do país. O modelo atual vincula o fornecimento exclusivo de combustíveis e utilização da marca.

Essa condição, de uma das principais revendas, resulta em algumas contrapartidas por parte do fornecedor, dentre elas, a obtenção de empréstimos, como demonstra a Nota Explicativa nº 13, e, uma antecipação de bonificação por contrato de performance.

	Taxa de correção	31/12/2024	31/12/2023
Outras Entidades (BR - Distribuidora)	IGP-M	8.172	6.617

E a antecipação de bonificação:

	31/12/2024	31/12/2023
Antecipação	35.189	35.189
Total	35.189	35.189

Sobre parte das operações junto à BR Distribuidora, existem divergências quanto a metodologia de apuração, entretanto tais operações possuem a perspectiva de se encerrarem no ano de 2025.

15. Fornecedores a pagar - Controladora e consolidado

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de materiais e serviços	1.358	2.029	92.301	102.282
Total	1.358	2.029	92.301	102.282

16. Obrigações fiscais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cofins a recolher	-	-	403	710
PIS a recolher	-	-	93	158
ICMS a recolher	-	-	1.132	859
ISSQN a recolher	-	-	19	17
Retenções	129	60	372	1.236
IRPJ a recolher	-	-	36	4.281
CSLL a recolher	-	-	165	1.585
Parcelamento Previdenciário	-	-	1.798	2.015
Total	129	60	4.018	10.861
Circulante	129	60	2.442	9.533
Não circulante	-	-	1.576	1.328

17. Obrigações trabalhistas e sociais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	828	5.296	9.278	8.343
Encargos sociais a recolher	405	325	2.874	2.220
Provisões de férias e 13º salário	1.231	929	7.825	6.464
Total	2.464	6.550	19.977	17.027

18. Partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:

Ativo Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empresas interligadas	96.185	42.708	3.269	1.488
Administradores	-	3	-	1.201
Empréstimos de pessoas ligadas	-	-	-	987
Pessoas ligadas	-	-	-	-
Total	96.185	42.711	3.269	3.676

Passivo

Passivo Descrição	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Empresas interligadas	70.769	42.300
Administradores	-	-
Empréstimos de pessoas ligadas	62	62
Pessoas ligadas	-	-
Total	70.831	42.362

Remuneração do pessoal chave

Os administradores não recebem remuneração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais)

Controladora	31/12/2023		Pagamentos efetuados	Recebimentos efetuados	31/12/2024	
	Ativo	Passivo			Ativo	Passivo
Empresas interligadas	42.708	42.300	53.477	28.469	96.185	70.769
Administradores	3	-	(3)		-	-
Empréstimos de pessoas ligadas	-	62	-	-	-	62
Pessoas ligadas	-	-	-	-	-	-
Saldo total	42.711	42.362	53.474	28.469	96.185	70.831

Controladora	31/12/2022		Pagamentos efetuados	Recebimentos efetuados	31/12/2023	
	Ativo	Passivo			Ativo	Passivo
Empresas interligadas	5.599	4.731	37.109	37.569	42.708	42.300
Administradores	-	-	3	-	3 #	-
Empréstimos de pessoas ligadas	-	62	-	-	-	62
Pessoas ligadas	-	-	-	-	-	-
Saldo total	5.599	4.793	37.112	37.569	42.711	42.362

Consolidado	31/12/2023		Pagamentos efetuados	Recebimentos efetuados	31/12/2024	
	Ativo	Passivo			Ativo	Passivo
Empresas interligadas	1.488	-	1.781	-	3.269	-
Administradores	1.201	-	(1.201)	-	-	-
Empréstimos de pessoas ligadas	987	-	(987)	-	-	-
Pessoas ligadas	-	-	-	-	-	-
Saldo total	3.676	-	(407)	-	3.269	-

Consolidado	31/12/2022		Pagamentos efetuados	Recebimentos efetuados	31/12/2023	
	Ativo	Passivo			Ativo	Passivo
Empresas interligadas	15.820	-	-	(14.332)	1.488	-
Administradores	843	-	358	-	1.201	-
Empréstimos de pessoas ligadas	1.020	-	-	(33)	987	-
Pessoas ligadas	-	-	-	-	-	-
Saldo total	17.683	-	358	(14.365)	3.676	-

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital da Companhia era de 27.737.671.

Controladora	31/12/2024		31/12/2023	
	Quotas	%	Quotas	%
New Ceddrus Participação Ltda.	13.868.836	50%	5.238.511	50%
Nossa Senhora das Graças Participações Ltda.	13.868.836	50%	5.238.511	50%
Total	27.737.672	100%	10.477.022	100%

b) Reserva legal

A conta de reserva legal foi constituída a razão de 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/1976 exceder 30% do capital social, não será obrigatório a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo conforme proposta pela administração deliberada em Assembleia Geral. Os dividendos a pagar, quando aplicáveis, serão destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

20. Receita líquida

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos produtos vendidos é como segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta mercadorias	-	-	245.238	233.792
Receita bruta prestação de serviços	58.123	45.885	121.477	96.437
Receita bruta diesel	-	-	2.657.314	2.704.354
Receita bruta gasolina	-	-	284.093	249.499
Receita bruta etanol	-	-	132.472	115.919
Receitas brutas	58.123	45.885	3.440.594	3.400.001
(-) Descontos incondicionais / Devolução de vendas	-	-	(321.600)	(438.986)
(-) Impostos s/ Vendas	(3)	-	(47.378)	(50.037)
Receitas líquidas	58.120	45.885	3.071.616	2.910.978

21. Custo dos produtos vendidos

Descrição	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
CMV - Revenda de mercadorias	(107.022)	(108.033)
CMV - Demais custos diretos e indiretos	(227.063)	(249.598)
CMV - Diesel	(1.940.855)	(1.825.689)
CMV - Gasolina	(261.202)	(224.230)
CMV - Etanol	(111.225)	(95.692)
Total	(2.647.367)	(2.503.242)

22. Despesas com vendas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(7.390)	(11.323)	(73.539)	(58.904)
Encargos sociais	(6.662)	(4.510)	(45.168)	(32.328)
Fretes	-	(24)	(56.791)	(56.089)
Aluguéis e arrendamentos	(4.661)	(4.641)	(7.528)	(18.229)
Comissões sobre vendas	-	-	(16.539)	(15.641)
Benefícios	(2.592)	(2.325)	(14.068)	(10.536)
Outros materiais	(567)	(93)	(8.266)	(8.736)
Gastos com veículos	(27)	(71)	(20.968)	(15.439)
Contribuições e doações	(33)	(17)	(561)	(593)
Impostos e taxas	(192)	(18)	(3.730)	(2.263)
Propaganda e publicidade	(236)	(39)	(2.937)	(1.697)
Despesas operacionais diversas	(25.537)	(19.171)	(84.355)	(62.833)
(-) Créditos tributários	-	-	2.971	8.074
Total	(47.897)	(42.232)	(331.479)	(275.214)

23. Despesas gerais e administrativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depreciações e amortização do direito de uso	(883)	(45)	(19.820)	(6.191)
Honorários profissionais	(4.662)	(959)	(5.409)	(1.009)
Taxas Diversas	(233)	(1)	(1.088)	(817)
Reteio CSC	(12)	818	(66.558)	(44.303)
Demais custos administrativos	(1.763)	(3.716)	(5.615)	(6.733)
Total	(7.553)	(3.903)	(98.490)	(59.053)

24. Outros resultados operacionais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita de subvenção crédito presumido (a)	-	-	10.017	9.964
Refeições internas	(96)	(67)	(1.545)	(192)
Reembolso de despesas (b)	(445)	622	9.512	5.733
Variações de Inventário Estoque	-	-	5.883	5.985
Resultado em Contingência (c)	(26)	(13)	1.788	(6.156)
Reversão PCLD	-	-	2.741	2.948
Receita Indedutível (d)	-	-	5.740	-
Restituição de Impostos (e)	-	-	7.920	-
Outras despesas e receitas (f)	(3)	(1.213)	4.869	2.608
Total	(570)	(671)	46.925	20.890

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais)

- (a) Refere-se ao programa de incentivo estadual em Minas Gerais, de crédito presumido incidente sobre as operações de saídas realizadas com alimentos, de modo que a carga tributária resulte em 4% (quatro por cento).
- (b) Aumento de R\$ 3.779 na conta contábil de Reembolso de Despesas, em decorrência do estorno de despesas gerais e administrativas, evidenciando incremento na movimentação desses lançamentos no exercício.
- (c) Reconhecimento de atualização de contingências jurídicas no montante de R\$ 1.788, classificadas como de probabilidade de perda provável, conforme avaliação dos assessores jurídicos e critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- (d) Registro de receita indedutível no valor de R\$ 5.740 na unidade Decio Auto Posto Gurupi, referente a provisão passiva com expectativa de realização superior a cinco anos, não atendendo aos critérios de dedutibilidade fiscal previstos na legislação vigente.
- (e) Reconhecimento de receita de restituição tributária no valor de R\$ 7.920 na unidade Decio Transportadora Retalhista de Combustíveis Ltda., oriunda de processo administrativo de revisão fiscal relacionado à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS sobre operações com produtos sujeitos ao regime monofásico.

25. Receitas e despesas financeiras

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras				
Descontos concedidos	(4.052)	-	(1.875)	(1.239)
Juros sobre empréstimos	(60)	-	(8.614)	(6.487)
Outras despesas financeiras	(94)	(16)	(2.410)	(1.842)
Total	(4.206)	(16)	(12.899)	(9.568)
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações	1.611	1.244	1.818	2.126
Receitas de juros	-	-	2.423	1.136
Descontos auferidos	2	2	468	359
Total	1.613	1.246	4.709	3.621
Resultado financeiro líquido	(2.593)	1.230	(8.190)	(5.947)

26. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	13.801	63.958	20.598	88.412
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	4.692	21.746	7.003	30.060
Equivalência patrimonial	(14.294)	(63.649)	-	-
Base de cálculo imposto de renda e contribuição social	(493)	309	20.598	88.412
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(7.327)	(30.097)
Alíquota efetiva	-	-	-36%	-34%

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos tem a seguinte origem:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda diferido sobre provisão de contingência	11.246	11.721
Contribuição social diferido sobre provisão de contingência	4.049	4.220
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	1.977	-
Contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal	712	-
Total	17.984	15.941

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são provenientes de diferenças temporárias da Empresa.

27. Provisões para contingências - Controladora e consolidado

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, tributárias e cíveis em razão do curso normal das operações. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos processuais. Apesar da posição dos assessores jurídicos estarem maior que a provisão constituída, a Companhia e suas controladas entendem que tal valor não afeta as operações delas.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ambiental	-	-	4	3
Cível	-	-	757	924
Trabalhista	39	13	3.012	2.969
Tributário	-	-	54.077	56.754
Total	39	13	57.850	60.650

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais)

A movimentação ocorrida nos exercícios foi a seguinte:

	Controladora		Ambient al	Cível	Consolidado		
	Trabalhis ta	Tot al			Trabalhis ta	Tributári o	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	13	584	899	52.971	54.467
Provisões feitas durante o exercício	13	13	-	340	2.070	3.783	6.193
Reversão provisões durante o exercício	-	-	- 10	-	-	-	- 10
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13	13	3	924	2.969	56.754	60.650
Provisões feitas durante o exercício	26	26	1		43	-	44
Reversão provisões durante o exercício	-	-	-	- 167	-	- 2.677	- 2.844
Saldo em 31 de dezembro de 2024	39	39	4	757	3.012	54.077	57.850

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 57.850 (em 31 de dezembro de 2024, R\$ 5.397)

28. Informação por segmento

Descrição	Postos rodoviários		B2B		Postos urbanos		Outros seguimentos		Total consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas operacionais líquidas	1.878.047	1.820.652	945.991	864.900	119.343	120.551	128.233	104.873	3.071.614	2.910.976
Custo das mercadorias vendidas	(1.642.386)	(1.583.792)	(905.433)	(816.748)	(99.158)	(100.755)	(391)	(1.947)	(2.647.368)	(2.503.242)
Lucro (Prejuízo) bruto	235.661	236.860	40.558	48.152	20.185	19.796	127.842	102.926	424.246	407.734
Despesas	(218.022)	(169.008)	(40.232)	(30.434)	(20.852)	(19.311)	(103.936)	(94.626)	(383.042)	(313.379)
Despesas com vendas	(190.066)	(156.433)	(36.415)	(33.726)	(16.569)	(14.576)	(88.429)	(70.479)	(331.479)	(275.214)
Despesas gerais e administrativas	(59.476)	(29.475)	(16.684)	(14.801)	(5.011)	(4.150)	(17.319)	(10.627)	(98.490)	(59.053)
Outros resultados operacionais	31.520	16.900	12.867	18.093	728	(585)	1.812	(13.520)	46.927	20.888
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	(14.423)	(5.675)	(819)	137	(651)	(152)	(4.713)	(258)	(20.606)	(5.948)
Despesas financeiras	(16.540)	(7.261)	(1.643)	(386)	(712)	(221)	(6.421)	(1.701)	(25.316)	(9.569)
Receitas financeiras	2.117	1.586	824	523	61	69	1.708	1.443	4.710	3.621
Resultado antes dos impostos	3.216	62.177	(493)	17.855	(1.318)	333	19.193	8.042	20.598	88.407

29. Seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2024, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Danos nas edificações	15.000.000,00
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para veículos.	Valor de mercado referenciado (FIPE)
Obras civis	Obras Cíveis	1.000.000,00
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	1.500.000,00

As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras. Consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

30. Direito de uso

Arrendamentos em que a Companhia e suas controladas são arrendatárias

A Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período, em troca de contraprestações. Tal avaliação é realizada no momento inicial. O custo do ativo de direito de uso compreende: **(i)** o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; **(ii)** quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados até a data; **(iii)** custos diretos incorridos; e **(iv)** estimativas de custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo, quando aplicável. Como arrendatário, A Companhia e suas controladas identificaram contratos que contém arrendamentos, referente aos aluguéis da sua sede principal e lojas comerciais. Os referidos contratos têm vigência entre cinco e tempo indeterminado e, para fins de estimativa do reconhecimento inicial do passivo de arrendamento e do direito de uso, considerou-se o prazo de cinco anos.

Ao determinar o prazo de arrendamento, a avaliação é revista se ocorrer um evento significativo ou uma alteração significativa nas circunstâncias que afete essa avaliação e que esteja dentro do controle da Brio e sua controlada. A avaliação de extensão dos contratos afeta o valor dos passivos de arrendamentos e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

O passivo de arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados pela taxa implícita ou taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário. A movimentação e composição do passivo de arrendamento, registrado na rubrica “Outras contas a pagar”, é como segue:

	Ativo	Passivo	Despesas
Saldo em 31 de dezembro de 2022	20.737	26.091	-
Pagamento	-	(30.381)	-
Novos contratos	76.548	76.547	-
Amortização	(20.737)	-	(20.737)
Juros	-	4.290	(4.290)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	76.548	76.547	(25.027)
Pagamento	-	(37.233)	-
Novos contratos	3.263	25.005	-
Amortização	(6.632)	-	(6.632)
Juros	-	12.323	(12.323)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	73.179	76.642	(18.955)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante	696	2.526
Passivo não circulantes	75.946	74.021
Total	76.642	76.547

31. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/IAS 33 (aprovado pela deliberação CVM nº 636 - “Resultado por ação”), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios encerrados em 31 de dezembro 2024 e 2023.

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

	31/12/2024	31/12/2023
Básico		
Resultado do exercício	13.801	63.958
Número de ações durante o período (milhares)	27.738	27.738
Lucro (prejuízo) por ação - Básico	0,50	2,31
Diluído		
Resultado do período utilizado na apuração do prejuízo por ação	13.801	63.958
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do prejuízo por ações (milhares)	27.738	27.738
Lucro (prejuízo) por ação - Diluído	0,50	2,31

Não há diferença entre o lucro básico e o lucro diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 instrumentos patrimoniais com efeitos diluídos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias, usadas no cálculo do lucro por ação diluído, concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções aos empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

32. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

	Notas	Custo amortizado	
		31/12/2024	31/12/2023
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	7	69.106	52.125
Contas a receber de clientes	8	149.934	157.085
Partes relacionadas	18	3.269	3.676
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	13	78.742	44.669
Fornecedores	15	92.301	102.282

b) Mensuração do valor justo

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

c) Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo para cada um dos riscos acima, os objetivos do Grupo, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo.

i) Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) Risco de liquidez

O Grupo está exposto aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, redução do tráfego e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

O Grupo adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos do Grupo, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pelo Grupo, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento das necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pelo Grupo é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

Cronograma de amortização da dívida

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

Em 31/12/2024	Contábil	Fluxo contratual	2025	Acima 2025
Empréstimos e financiamentos	78.742	78.742	15.215	63.527
Fornecedores	92.301	92.301	92.301	-
Receita antecipada	35.189	35.189	35.189	-
Total	206.232	206.232	142.705	63.527

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de reais)

Em 31/12/2023	Contábil	Fluxo contratual	2024	Acima 2024
Empréstimos e financiamentos	44.669	44.669	19.383	25.286
Fornecedores	102.282	102.282	102.282	
Receita antecipada	35.189	35.189	35.189	
Total	182.140	182.140	156.854	25.286

iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço entre outros. O Grupo não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2024 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente, não apresenta exposição aos riscos cambiais.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados às crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos do Grupo indexados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI.

Perfil

Na data das informações do período, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do IPCA e do CDI, principal exposição de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a estas variáveis são apresentadas a seguir:

		Valor contábil	
		31/12/2024	31/12/2023
Risco			
Instrumentos de taxa variável			
Capital de Giro	Pré fixada	-	9.006
Investimentos	Pré fixada	21.974	14.613
Risco sacado	Pré fixada	-	-
Capital de Giro	CDI	3.606	14.287
Investimentos	CDI	53.342	6.763

iv) Seleção dos riscos

O Grupo selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do IPCA e do CDI.

v) Seleção dos cenários

O Grupo apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa do IPCA e CDI de acordo com as projeções obtidas pelo Bacen - Relatório, ambas em 31 de dezembro de 2024.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA e CDI foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo

[Cenário III].

vi) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do IPCA e do CDI são apresentadas na tabela na próxima página.

vii) Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - Depreciação das taxas

O Grupo não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais das informações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

viii) Risco de preço e valor de mercado

O Grupo não apresenta sensibilidade quanto ao risco de preço e valor de mercado.

ix) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com Companhia de Petróleo, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e a pagar para as Companhias de Petróleo), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Instrumentos	Exposição 31/12//2024	Risco	Taxa	Valor	Aumento do índice em 25%	Valor	Aumento do índice em 50%	Valor
		N/A Pré						
Investimentos	21.974	fixada	12,20%	21.974	12,20%	21.974	12,20%	21.974
		aumento						
Capital de Giro	3.606	da CDI	11,16%	3.606	13,95%	3.707	16,74%	3.807
		aumento						
Investimentos	53.342	da CDI	11,83%	53.342	14,63%	54.832	17,42%	56.322
Total dos passivos financeiros	78.742		-	78.742	-	80.332	-	81;923
Impacto no resultado do período	-		-	-	-	1.590		3.182

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. O Grupo administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

33. Aspectos ambientais

As instalações de produção Do Grupo e suas atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. O Grupo diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. O Grupo acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

34. Eventos subsequentes

Em 24/03/2024, a Decio Autoposto Gurupi Ltda., controlada da Companhia, celebrou um Contrato de Compra e Venda de Quotas, por meio do qual adquiriu a totalidade das quotas detidas pelos sócios minoritários, correspondente a 300.000 quotas, equivalente a 30% do seu capital social total, as quais serão mantidas em tesouraria, sem direito a voto ou participação nos lucros, conforme permitido pela legislação aplicável.

Grupo Decio continua com a expansão de seus negócios, com a prospecção de outras áreas estratégicas, cujo foco é nos segmentos das Estações de Serviços Rodoviárias e TRR.

* * *

Edson Luís da Silva

Controller

CRC: MG-072176/O